



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018

TIPO: MENOR PREÇO

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
RUA DOS PODERES, SN – CENTRO – SÃO JOSÉ DE CAIANA (PB) – CEP 58.784-000

O Órgão Realizador do Certame acima indicado, inscrito no CNPJ/MF nº 08.891.541/0001-69, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da Pregoeira, LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS, assessorado por sua Equipe de Apoio, às 15h00min do dia, 19 de abril de 2018, no endereço também acima indicado, licitação na modalidade **Pregão Presencial**, tipo menor preço, tudo de acordo com este instrumento convocatório e em observância à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aos Decretos Federais nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, e nº 5.504, de 5 de agosto de 2005, subsidiariamente, à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme os procedimentos e critérios a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para aquisição de veículos, conforme a especificação contida no **Anexo I deste Edital**.

1. DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), o qual é parte integrante indissociável deste edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar da licitação, na condição de proponente, pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital.

2.2 A obtenção do instrumento convocatório poderá ser feita junto a Pregoeira Oficial ou à sua Equipe de Apoio, no prédio sede da Prefeitura de São José de Caiana, ou através dos sites www.saojosedecaiana.pb.gov.br e www.portal.tce.pb.gov.br (mural de licitações do Tribunal de Contas).

2.3 Não será admitida nesta licitação a participação de:

2.3.1 Empresas que não atenderem às condições deste Edital;

2.3.2 Empresas que estejam sob falência, ou em regime de concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de São José de Caiana;

2.3.3 Empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.3.4 Pessoas jurídicas das quais participem, a qualquer título, dirigentes ou servidores da Prefeitura Municipal de São José de Caiana.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou providências, ou ainda impugnar este ato convocatório, devendo protocolar o pedido na CPL da Prefeitura Municipal de São José de Caiana, cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o interessado que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da Sessão Pública do Pregão, hipótese em que qualquer manifestação neste sentido não terá efeito de recurso.

3.3 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto a Pregoeira, por intermédio de representante, munido dos documentos que o credenciem a participar do certame, inclusive com poderes para oferta de lances verbais.

4.2 Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases de procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos do processo, por sua representada.

4.3 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa da Pregoeira.

4.4 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.4.1 Tratando-se do representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)**;

4.4.2 Tratando-se de procurador, A PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular outorgada pela pessoa jurídica, neste caso com reconhecimento de firma do representante do outorgante, com **PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 4.4.1;

4.4.3 O representante da empresa deverá identificar-se, exibindo documento oficial de identificação com foto;

4.4.4 Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificado na forma definida pela legislação vigente; a comprovação é feita mediante apresentação Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial e declaração expressa, assinada pelo responsável legal da empresa e por profissional da área contábil, devidamente habilitado, conforme o Modelo de Declarações constante do Anexo IV do Edital. A ausência da referida declaração, no entanto, não é suficiente motivo para impedir a participação do licitante no certame; apenas o impedirá de receber o tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previsto na Lei Complementar 123/06.

- 4.5 Caso a procuração seja outorgada por instrumento particular, deverá ter firma reconhecida e ser apresentada, acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica), **que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.**
- 4.6 Estes documentos (em originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão estar autenticadas por tabelião, ou pela Pregoeira ou por qualquer dos membros da sua equipe de apoio.
- 4.7 A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame.
- 4.8 O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.
- 4.9 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 4.10 Ficará impedido de formular lances verbais, o credenciado cuja procuração não contenha autorização para este fim.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5.1 No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos interessados ou de seus representantes, regularmente credenciados, e das demais pessoas a quem interessar possa, a **PREGOEIRA** dirigente da sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, registrando-se em ata o nome dos licitantes:

5.1.1 Declaração, separada dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação do presente certame licitatório, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;

5.1.2 Declaração de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo, no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelos constantes do Anexo IV deste Edital; esta declaração deverá integrar os documentos Envelope B.

5.1.3 Em envelopes lacrados, a documentação relativa à Proposta de Preço (Envelope A) e de Habilitação (Envelope B).

5.2 Declarado encerrado os procedimentos de credenciamento, a partir do horário estabelecido no preâmbulo, não mais serão admitidos novos proponentes, sendo aberta a sessão pela Pregoeira.

5.3 Os envelopes relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e o número da licitação, respectivamente, e os títulos dos conteúdos (“Proposta de Preço” e “Documentos de Habilitação”), na forma das alíneas “a” e “b” a seguir

a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018
LICITANTE: _____
ENVELOPE “A” (PROPOSTA DE PREÇO)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018
LICITANTE: _____
ENVELOPE “B” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

- 5.4 Não será admitida a remessa postal dos envelopes de que trata o item precedente.
- 5.5 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou mediante qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda mediante cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais, para conferência pela Pregoeira ou por qualquer membro de sua equipe de apoio.
- 5.6 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da propostas de preço.
- 5.7 Os documentos necessários à participação na presente licitação (propostas de preços e habilitação), deverão ser apresentados em idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.
- 5.8 O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.
- 5.9 A não entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não recebimento, por parte da Pregoeira, dos envelopes tratados no item 5.3 e, portanto, implicará a exclusão do licitante.
- 5.10 Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, desde que aceito pela Pregoeira.
- 5.11 O Credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em umas eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a interrupção da sessão para contatos externos visando o esclarecimento de dúvidas sobre o teor da mesma, ficando, todavia, os casos excepcionais para serem avaliados pela Pregoeira.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”

- 6.1 Os interessados deverão apresentar as respectivas propostas, conforme indicação contida no item 5.3.
- 6.2 A proposta para o(s) item(ns) licitado(s) deverá ser apresentada em 01 (uma) única via digitada, datada, rubricadas em suas folhas e assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além do número do processo deste pregão e de outras informações de livre disposição, o seguinte:
- 6.2.1 Razão Social da empresa, número do CNPJ, número de Inscrição Estadual e endereço do proponente;
- 6.2.2 Especificação do produto ofertado, obrigatoriamente com a indicação da marca ofertada. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos operacionais, tais como: transporte, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- 6.2.3 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos da data marcada para abertura.
- 6.2.4 O preço proposto deverá estar cotado em moeda corrente nacional (real – R\$), expresso em algarismo (com até duas casas decimais) e por extenso (valor global);
- 6.2.5 A proposta de preços deverá conter o preço unitário e global para cada item cotado, objeto deste Pregão, no modelo da Proposta de Preços – Anexo II deste Edital;
- 6.2.6 Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos;
- 6.2.7 Quaisquer custos (ou tributos) e despesas diretas ou indiretas omitidos nas propostas ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pelos pleitos de acréscimos a esses ou qualquer título, devendo os respectivos bens serem fornecidos a Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB sem ônus adicionais;
- 6.2.8 Por se tratar de venda ao consumidor final, os licitantes de outras Unidades da Federação deverão adotar, na composição de seus preços, a alíquota interna do ICMS do estado de seu domicílio.
- 6.3 Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas escritas. Os erros, equívocos e omissões



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

havidas nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de desclassificação por estas razões, qualquer recurso ou eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

- 6.4 Omissões quanto ao prazo de entrega, prazo de validade da proposta, prazo de garantia e prazo de pagamento serão considerados como aceito o disposto no Edital.
- 6.5 Os licitantes que desejem receber seus créditos mediante transação bancária, deverão fornecer o número da respectiva conta corrente, agência e banco preferido.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1 Analisadas as propostas serão desclassificadas as que forem elaboradas em desacordo com este edital.
- 7.2 Será classificada a proposta que apresentar menor preço e em seguida, todas as demais com preços superiores em até 10% em relação à primeira classificada. Não havendo pelo menos três propostas dentro do limite de até 10% da melhor classificada, serão classificadas as propostas de melhor oferta, até o mínimo de 03 (três) proponentes, conforme disposto no art. 4º, incisos VIII, IX e X da Lei nº 10.520/02.
- 7.3 Quando não existirem, no mínimo, três propostas superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, serão classificadas as três de melhor preço, quaisquer que sejam seus valores.
- 7.4 Aos proponentes classificados conforme o item anterior será concedida oportunidade de ofertar lances verbais e sucessivos de percentuais de descontos distintos e decrescentes.
- 7.5 A **PREGOEIRA** convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.6 A desistência em apresentar lance verbal implicará na exclusão do licitante desta etapa e na manutenção do último valor por ele apresentado, prevalecendo este último lance para efeito de ordenação das propostas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.7 A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes a Pregoeira considerar necessário, onde cada um *terá até dois minutos* para formular seu lance.
- 7.8 Só será aceito lance cujo *preço por item* seja menor do que o último lance anteriormente registrado; e que cujo *valor por item*, após o lance, contenha algarismo (até três casas decimais).
- 7.9 Encerra-se a disputa de lances quando não houver mais nenhuma propositura verbal para menor preço. E encerrada essa etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de *menor preço por item*.
- 7.10 Atendendo aos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e em sendo verificada a ocorrência de empate – *entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço* – será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para a empresa enquadrada na definição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).
- 7.11 Para efeito do disposto no item 7.10, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.11.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 7.11.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no item 7.10, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.11.3 – A(s) licitante(s) enquadrada(s) nos termos do item 7.10, deverá(ão) apresentar junto com ao CREDENCIAMENTO, comprovação da sua condição declarada, por meio de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA ou documento equivalente, emitida pela Junta Comercial do Estado, domicílio ou sede da licitante**, com data limite de emissão até 60 (sessenta) dias da data marcada para abertura do certame, sob pena de não lhe serem aplicadas no certame as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da regularidade fiscal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.11.3.1 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.12 Em seguida, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.13 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições de habilitação do proponente;
- 7.14 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 19 do Edital.
- 7.15 Constatado o atendimento pleno das exigências edilícias, e não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recursos, a **PREGOEIRA** adjudicará o objeto do certame em favor da empresa declarada vencedora, sendo feita a adjudicação pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 7.15.1 Havendo manifestações acerca da intenção de interpor recursos, deverão ser observadas as disposições constantes no item 9 deste Edital.
- 7.16 Se a oferta não for aceita ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma resposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e ao mesmo adjudicado o objeto deste certame pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 7.17 Na ocorrência do disposto no item anterior, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um melhor preço.
- 7.18 Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem inabilitados, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou outras propostas, escoimadas das causas que ocasionaram a inabilitação ou desclassificação, em conformidade com art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.
- 7.19 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada na qual serão registradas todas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, pelos membros da equipe de apoio e por todos os representantes das licitantes presentes.
- 7.20 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.
- 7.21 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.22 Não se considerará, para efeito de julgamento, qualquer oferta ou vantagem não prevista no edital para o objeto licitado.
- 7.23 No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio.
- 7.24 Na fase de julgamento a Pregoeira poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações, no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.
- 7.25 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.26 Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observadas o disposto nos subitens 7.15 e 7.16.
- 7.27 Se o licitante vencedor recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato e, conseqüentemente, não cumprir as obrigações contraídas, será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior.

8. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “B”

8.1 O envelope “B” deverá conter os documentos a seguir relacionados, além de **Declaração** expressa firmada pelo responsável pela empresa de que a mesma não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de São José de Caiana, Estado da Paraíba; que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme Modelo de Declarações constante do anexo IV deste edital, a saber:

8.1.1 RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de Identidade do representante legal da empresa;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social original, com última alteração, devidamente consolidada e registrada. Em caso de sociedade por ações, o ato



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

constitutivo deve vir acompanhado do documento de eleição e posse dos diretores, devidamente atualizado;

- c) Registro comercial, no caso de empresa individual.

8.1.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), de acordo com a IN/SRF/200/02;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débito Estadual);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débito Municipal);
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (CNDT);

8.1.3 RELATIVOS À CAPACIDADE TÉCNICA

8.1.3 Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrição, o objeto de natureza semelhante ao indicado no Anexo I do Edital, sendo que:

- a) A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de atestado devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu o(s) veículo (s), compatíveis com o objeto desta licitação a ser cotado pelo licitante, com firma reconhecida em cartório competente;
- b) No caso de atestado emitido por empresa de iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- c) Será considerada como pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresa controlada ou controladora da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 8.2 Será inabilitada a licitante cujo relatório de situação das certidões apresente documento(s) fora dos prazos de validade, salvo se estiver em seu poder ou dentro do envelope de habilitação, procedendo-se a atualização do Cadastro.
- 8.3 A documentação deverá:
- Está em nome da licitante;
 - Está no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, a Pregoeira considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias anteriores à data de recebimento dos envelopes;
 - Referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz. Exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado.
- 8.4 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitados, não se admitindo complementação posterior.
- 8.5 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder da Pregoeira, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura da ata pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.
- 8.6 DA HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006
- A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.
 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

9. DA ADJUDICAÇÃO

- 9.1 Caso não haja manifestação de interpor recurso por parte dos demais licitantes, a adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pela **PREGOEIRA** no final da sessão, sendo registrada em ata ou posteriormente, caso seja necessário análise mais detalhada das propostas.
- 9.2 Se houver interposição de recurso administrativo, o item atacado pelo recurso administrativo será adjudicado pela autoridade competente para julgar esse instrumento de ataque à decisão da **PREGOEIRA**.

10. DOS RECURSOS

- 10.1 Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese das razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso por escrito, podendo juntar memoriais, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em interpor recurso, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação.
- 10.3 Qualquer recurso contra a decisão da **PREGOEIRA** não terá efeito suspensivo.
- 10.4 O acolhimento do recurso importará a invalidade apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato através de comunicação por escrito.

12. DA DESPESA

- 12.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2018: Unidade: 02051 Fundo Municipal de Saúde; Programa: 2033 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde – RECURSO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

SUS; Unidade: 02040 Secretaria de Educação, Esporte e Cultura; Programa: 2023 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura – Elemento de Despesa nº 4490.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

13. DA ENTREGA DO OBJETO

- 13.1 A entrega do objeto desta licitação, deverá ser realizada na sede da Prefeitura municipal de São José de Caiana-PB, devendo os veículos serem transportados adequadamente em reboques.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1 A contratada deverá fornecer os veículos objeto deste edital conforme consta no item anterior e Anexo I - Termo de Referência do Edital.
- 13.2 Nenhum veículo poderá ser entregue pela Contratada sem a devida autorização por escrito, emitida pelo (a) secretário (a) de saúde do município de São José de Caiana/PB.
- 14.2 Vencendo-se a documentação relativa à Regularidade Fiscal, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas, em conformidade com o Art. 29 da Lei nº 8.666/93.
- 14.3 A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual o objeto se refere.
- 14.4 Responsabilizar-se pela qualidade e entrega dos veículos.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 15.1 O CONTRATANTE compromete-se, durante a vigência do contrato a:
- 1) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
 - 2) Preencher as requisições com as quantidades solicitadas, pôr assinatura no referido documento e entregar a via própria ao fornecedor.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

16. DO RECEBIMENTO

- 16.1 O(s) veículo (s) fornecido (s) pela empresa vencedora estará sujeito à aceitação pelo Contratante, ao qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado no Edital.
- 16.2 O Contratante designará servidor para recebimento dos veículos, cujo objetivo será a conferência deste com as especificações contidas na proposta, caso as disposições acima citadas não sejam cumpridas, será rejeitado o recebimento do mesmo.

17. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

- 17.1 O pagamento será efetuado em até o 10 (décimo) dia útil do mês seguinte a contar do recebimento do(s) veículo(s) e o respectivo atestado na correspondente Nota Fiscal.
- 17.2 O valor correspondente será depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária na Tesouraria Geral da Prefeitura Municipal de São José de Caiana/PB.
- 17.3 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18. DO PREÇO E DO CRITÉRIO DE AJUSTE

- 18.1 Os preços do(s) veículo (s) não serão reajustados, salvo aumento/redução deferido pelo Governo Federal, devendo, para tanto, ser anexado documento comprobatório do índice de reajuste, devendo estes serem calculados a partir dos preços contratados.

19. DAS PENALIDADES

- 19.1 Ao licitante que retardar a execução do certame, que não mantiver a proposta, que não entregar o(s) veículo (s) de acordo com o edital, que falhar ou fraudar a execução do contrato, que prestar informações inverídicas, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, a Prefeitura Municipal de São José de Caiana poderá aplicar as penalidades a seguir relacionadas:
- a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - b) Advertência;
 - c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por infração de qualquer cláusula, que será dobrada em caso de reincidência.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69


- 19.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o Contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação oficial, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
- 19.3 As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

- 20.1 Não será admitida a transferência a terceiros das obrigações previstas nesta licitação.
- 20.2 O Órgão Realizador do Certame reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo segundo do citado artigo.
- 20.3 Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio no horário das 08h00min às 12h00min, no prédio sede da CPL, localizada na Rua Dos Poderes, sn, Bairro Centro, na cidade de São José de Caiana-PB.
- 20.4 Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Pregoeira, de acordo com o que dispuser a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/06, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93.
- 20.5 Na hipótese de não haver expediente na data prevista para recebimento e abertura dos envelopes de propostas, a reunião ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal desta repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.
- 20.6 Questões irrelevantes quanto ao credenciamento, propostas de preços e documentação, serão decididas pela Pregoeira e sua equipe de apoio.

São José de Caiana-PB, 05 de abril de 2018.


LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

1 – Introdução e Base Legal

1.1 A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.520 de 17.07.2002.

2 – Do Objeto

2.1 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	CARRO TIPO VAN OU MINIBUS - TETO ALTO , 00 KM, AR-CONDICIONADO, TRAVA E VIDROS ELÉTRICOS, CAPACIDADE 16 LUGARES COM MOTORISTA, FREIOS ABS E AIRBAG DUP, CÂMBIO MANUAL DE 06 MARCHAS À FRENTE E 1 MARCHA RÉ, MOTORIZAÇÃO 2.0 A 2.3, COMBUSTÍVEL DIESEL S10, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA, COR BRANCA, MODELO E ANO 2018.	Unidade	1
2	CARRO DE PASSEIO BICOMBUSTÍVEL- 00 km, 4 PORTAS, AR-CONDICIONADO, TRAVA E VIDROS ELÉTRICO, ALARME, CAPACIDADE 5 LUGARES, FREIOS ABS E AIRBAG DUP, CÂMBIO MANUAL, MOTORIZAÇÃO 1.0 A 1.3, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA E DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 2.370MM, COR BRANCA, HATCH, MODELO E ANO 2018.	Unidade	1

3.1 As quantidades aqui estipuladas são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor mínimo para pagamento. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

4 – Das Obrigações da Contratada



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 4.1 A Contratada deverá entregar o (s) veículo (s) de acordo com as cláusulas contratuais, as especificações e recomendações do Pregão Presencial nº 015/2018, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Contratante, em atendimento às requisições escritas expedidas pelo responsável da Prefeitura de São José de Caiana-PB.
- 4.2 Nenhum veículo poderá ser entregue pela Contratada sem a devida autorização, sendo a entrega na sede da Secretaria Municipal de Saúde de São José de Caiana/PB.
- 4.3 Vencendo-se a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS - CRF expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.
- 4.4 A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.
- 4.5 Em tudo agir, segundo as diretrizes do Contratante.

5 – Das obrigações do Contratante

- 5.1 Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.
- 5.2 Preencher as requisições com as quantidades fornecidas, por assinatura no referido documento e entregar a via própria ao fornecedor.

6 – Validade da Proposta

- 6.1 A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

7 – Forma de Pagamento

- 7.1 O pagamento será efetuado em até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte a contar do recebimento do(s) veículo (s) e o respectivo atestado na correspondente Nota Fiscal.

8 – Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

- 8.1 O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por item*.

9 Fiscalização do Contrato

- 9.1 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pelo Contratante e deverá ser exercida conforme Cláusula Décima, da



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

minuta do contrato em anexo.

São José de Caiana -PB, 05 de abril de 2018

Lúcia Gerlania da Silva Santos
LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

**ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

Os dados da empresa:

Razão Social: _____

CNPJ (MF) nº: _____

Inscrição Estadual nº: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência nº: _____ C/C nº: _____

Em atendimento ao solicitado no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018, informamos a seguir os nossos preços para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNID	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Validade da Proposta: _____

Cidade-UF, _____ de _____ de _____.

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do responsável legal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

1) Item 4.4, letra D

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, para fins de participação no Processo Licitatório Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

2) item 5.1.1

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

3) Item 5.1.2

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

4) Item 5.1.2

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal São José de Caiana, Estado da Paraíba e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório com modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração

23



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

5) Item 5.1.2

DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara ter conhecimento e aceita todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se às condições nele estipuladas.

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº _____/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA, ESTADO DA PARAÍBA** E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA _____, NOS TERMOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 10.520/2002.

Por este instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**, Estado da Paraíba, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 08.891.541/0001-69, com sede na Rua Dos Poderes, sn, centro, na cidade de São José de Caiana, Estado da Paraíba, neste ato representado por seu prefeito constitucional, _____, designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a sociedade empresária (ou firma individual), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº _____, com sede _____, nº _____, na cidade de _____, estado da Paraíba, representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador da Carteira de Identidade nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir, tudo de acordo com o Processo Licitatório relativo ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB**, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

PARÁGRAFO ÚNICO – As aquisições obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018, além das obrigações assumidas na proposta de preços apresentada pela Contratada em ___/___/___, e dirigida ao Contratante, contendo os valores do (s) veículo (s), independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A presente contratação tem o valor global de R\$ _____
(_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

A Contratada deverá fornecer o(s) veículo(s) de acordo com as cláusulas contratuais, as especificações e recomendações do PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Contratante, até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições escritas expedidas por secretários do Município de São José de Caiana-PB.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nenhum veículo poderá ser entregue pela Contratada sem a devida autorização por escrito por Secretários de São José de Caiana-PB.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO

Os preços dos veículos não serão reajustados, salvo aumento/redução deferido pelo Governo Federal, devendo para tanto, ser anexado documento probatório do índice de reajuste, devendo estes serem calculados a partir dos preços contratados.

CLÁUSULA QUINTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até o 10 (décimo) dia útil do mês seguinte a contar do recebimento do (s) veículo (s) e o respectivo atestado na correspondente Nota Fiscal.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o prazo de validade restrito ao exercício financeiro de 2018, a contar da data da assinatura deste termo, de acordo com o art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2018, nas seguintes rubricas: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Unidade: 02051 Fundo Municipal de Saúde; Programa: 2033 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde – RECURSO SUS; Unidade: 02040 Secretaria de Educação, Esporte e Cultura; Programa: 2023 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura – Elemento de Despesa nº 4490.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Fornecer o(s) veículo (s) objeto deste edital de acordo com as necessidades do Contratante, até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições escritas pelo responsável do Município de São José de Caiana-PB.
- b) Vencendo-se a documentação relativa à Regularidade Fiscal, a **CONTRATADA** deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas, em conformidade com o Art. 29 da Lei nº 8.666/93.
- c) A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.
- d) Responsabilizar-se pela qualidade e entrega do (s) veículo (s).

PARÁGRAFO ÚNICO – Não será permitida a transferência a terceiros das obrigações previstas neste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

O **CONTRATANTE** compromete-se, durante a vigência do Contrato a:

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.
- b) Preencher as requisições com as quantidades fornecidas, por assinatura no referido documento e entregar a via própria ao fornecedor.
- c) Notificar à Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DO
CONTRATO/FISCALIZAÇÃO**

A execução das atividades contratuais, em conformidade com as disposições contidas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, será acompanhada por um representante do Contratante, especialmente designado para esse fim, a ser oportunamente indicado pela Administração.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

PARÁGRAFO ÚNICO – A fiscalização do Contratante não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** perante o Contratante ou terceiros na execução do fornecimento do objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de descumprimento das condições contratuais ou não veracidade das informações prestadas, a **CONTRATADA**, garantida prévia defesa, estará sujeita às penalidades, a seguir relacionadas:

I – Advertência;

II – Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, que será dobrada em caso de reincidência;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e receber a nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação oficial, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

O Contrato só poderá ser alterado, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, em conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, nas seguintes hipóteses:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese de ocorrer rescisão administrativa, são assegurados à Administração os direitos previstos no art. 80 do aludido diploma legal e, sendo amigável, esta deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

De conformidade com o disposto no art. 61, § 1º, da Lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da comarca de Itaporanga, Estado da Paraíba, para dirimir eventuais questões relacionadas a este Contrato:

E por estarem assim em pleno acordo, foi o presente contrato lavrado em duas (2) vias de igual teor e forma, o qual será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo designadas.

São José de Caiana-PB, ____ de _____ de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
JOSÉ LEITE SOBRINHO
Prefeito Constitucional
CONTRATANTE



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

EMPRESA _____
CONTRATADA

JURÍDICO

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB, através de sua Pregoeira, designado pela Portaria nº 022/2018, publica para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018, no prédio da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB, localizada à Rua 13 de Maio, sn, Centro, no dia 19 de abril de 2018, às 15h00min para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência do Edital. Maiores informações e cópia completa do Edital e seus Anexos, poderão ser obtidas na sede da CPL, no endereço acima indicado, ou pelo site www.saojosedecaiana.pb.gov.br.

São José de Caiana-PB, 06 de abril de 2018.

Lúcia Gerlania da Silva Santos
LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira

Prefeitura Municipal de São José de Caiana

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB, através de sua Pregoeira, designado pela Portaria nº 022/2018, publica para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018, no prédio da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB, localizada à Rua 13 de Maio, sn, Centro, no dia 19 de abril de 2018, às 15h00min para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência do Edital. Maiores informações e cópia completa do Edital e seus Anexos, poderão ser obtidas na sede da CPL, no endereço acima indicado, ou pelo site www.saojosedecaiana.pb.gov.br.

São José de Caiana-PB, 06 de abril de 2018.

LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB, através de sua Pregoeira, designado pela Portaria nº 022/2018, publica para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018, no prédio da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB, localizada à Rua 13 de Maio, sn, Centro, no dia 18 de abril de 2018, às 15h00min para AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS CORRELATOS, DESTINADOS A FROTA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência do Edital. Maiores informações e cópia completa do Edital e seus Anexos, poderão ser obtidas na sede da CPL, no endereço acima indicado, ou pelo site www.saojosedecaiana.pb.gov.br.

São José de Caiana-PB, 05 de abril de 2018.

LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB, através de sua Pregoeira Oficial, designado pela Portaria nº 022/2018, publica para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018, no prédio da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB, localizada à Rua 13 de Maio, sn, Centro, no dia 23 de abril de 2018, às 08h30min para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência do Edital. Maiores informações e cópia completa do Edital e seus Anexos, poderão ser obtidas na sede da CPL, no endereço acima indicado, ou pelo site www.saojosedecaiana.pb.gov.br.

São José de Caiana-PB, 05 de abril de 2018.

LUCIA GERLANIA DA SILVA SANTOS
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Nova Palmeira

EXTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, EM ATENDIMENTO DA SEDE E DEMAIS SECRETARIAS DE NOVA PALMEIRA. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00022/2018. DOTAÇÃO: 02:00 GABINETE DO PREFEITO 04.122.1007.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE 00101 - RECURSOS ORDINÁRIOS 3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO 04:00 - SECRETARIA DE FINANÇAS 04.123.1007.2004 - MANUT. DAS DEMAIS ATIVID. DA SEC. DE FINANÇAS 00101 - RECURSOS ORDINÁRIOS 3.3.90.30.01 - MATERIAL DE

CONSUMO 03.00- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04.127.1007.2003- MANUT. DAS ATIVID. DA SEC. DE ADM E PLANEJAMENTO 00101- RECURSOS ORDINÁRIOS 3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SEMI ARIDO 01001 - RECURSOS ORDINÁRIOS 20.606.1006.2007- MANUT. DAS ATIVID DA SEC. DE AGRIC. E SEMI ARIDO 00101- RECURSOS ORDINÁRIOS 3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO 06.00-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12.361.1001.2013- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40% OUTRAS DESPESAS 11301- TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB 40% 3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO 12.361.1001.2018- MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS FNDE-QSE 11501- TRANSFERÊNCIA DE SALÁRIO- EDUCAÇÃO 3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO 09.00- SEC SAUDE- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE 10.301.1002.2028- MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE-FMS 21101- RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTO-SAÚDE 3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO 10.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 11.00- FUNDO MUNICIPAL DE ASS.SOCIAL 08.244.1007.2036-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 00101- RECURSOS ORDINÁRIOS 3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO 31101- TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS 3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO 08.244.1002.2040- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MDS- PAEFI, SCFV, E PSB 31101- TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS 3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO 12.00- SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 04.122.1007.2044- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS 3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO 00101- RECURSOS ORDINÁRIOS. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2018. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Nova Palmeira e: CT Nº 00034/2018 - 27.03.18 - LACET COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS LTDA - R\$ 115.847,30.

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTINADOS DE FORMA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00024/2018. DOTAÇÃO: 10.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 11.00- FUNDO MUNICIPAL DE ASS.SOCIAL 08.244.1007.2036-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 00101- RECURSOS ORDINÁRIOS. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2018. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Nova Palmeira e: CT Nº 00035/2018 - 30.03.18 - JOSIVALDO FERNANDES DE ARAUJO - ME - R\$ 106.180,00.

Prefeitura Municipal de Igaracy

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY

RESULTADO
CHAMADA PÚBLICA Nº 00002/2018

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios para Agricultura Familiar, destinados a Secretaria de educação, demais secretarias e o Fundo Municipal de saúde do município de Igaracy-PB. PROPONENTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: EVA TOMAZ PEREIRA - Valor: R\$ 14.400,00. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Pedro Lopes Brasileiro, SN - Centro - Igaracy - PB, no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis. Igaracy - PB, 04 de Abril de 2018

GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2018

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Pedro Lopes Brasileiro, SN - Centro - Igaracy - PB, às 08:30 horas do dia 25 de Abril de 2018, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CONSTRUÇÃO DE CRAS (CONTINUAÇÃO). Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: <http://www.igaracy.pb.gov.br> ou www.tce.pb.gov.br.

Igaracy - PB, 04 de Abril de 2018

GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00027/2018

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pedro Lopes Brasileiro, SN - Centro - Igaracy - PB, às 14:00 horas do dia 18 de Abril de 2018, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de veículos para transporta de pessoas carentes por passagem do Município de Igaracy/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: